



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 44/XIV/ 2.ª SL

Aos 13 dias do mês de janeiro de 2021, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. *Informações;*
2. *Apreciação e votação da ata n.º 43, de 6 de janeiro de 2021;*
3. *Discussão e votação do requerimento do PSD, a solicitar a audição do Presidente da Associação de Apoio Domiciliário, de Lares e Casas de Repouso de Idosos, em conjunto com a Comissão de Trabalho e Segurança Social (CTSS) e Comissão Eventual para o acompanhamento da aplicação das medidas de resposta à pandemia da doença COVID-19 e do processo de recuperação económica e social (CEAMCOVID19), sobre a vacinação de idosos institucionalizados em lares ilegais;*

4. *Outros assuntos.*

15:30 Audição, por videoconferência, da Direção Geral de Saúde (DGS), sobre os PJI n.ºs 512/XIV/2.ª, do BE - «Medidas para a recuperação da atividade das juntas médicas de avaliação de incapacidades»; 538/XIV/2.ª, do PAN - «Assegure a resposta eficaz da atividade das juntas médicas de avaliação de incapacidades e dos cuidados de saúde primários em situação epidemiológica provocada pela COVID-19» e 541/XIV/2.ª, do PCP - «Regime Transitório para a emissão de Atestados Médicos de Incapacidade Multiuso».

16:30 Audição, por videoconferência, da Administração Regional de Saúde do Norte, I.P., sobre o surto de legionella no distrito do Porto, a requerimento do PCP

1. Informações

A Presidente recordou estar agendada uma Reunião/Conferência durante a Presidência Portuguesa do Conselho da UE, subordinada ao tema «Covid 19: Impacto na saúde e efeitos sociais», a promover pela Comissão de Saúde e a Comissão de Trabalho e Segurança Social, prevista para a manhã de 13 de abril de 2021 e que terá três painéis. Deu conta dos três temas possíveis para o primeiro painel, que foi destinado à Comissão de Saúde (I-«Importância da aposta/investimento na



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 44/XIV/ 2.ª SL

investigação em saúde, tendo em vista a eficácia no combate às pandemias (rapidez na obtenção de vacinas ou tratamentos etc.)»; II- «Relevância da articulação entre os sistemas de saúde europeus e papel da Agência Europeia do Medicamento no combate a pandemias»; III- «Quais os contributos, para a definição de uma política de saúde europeia mais forte, que têm resultado do combate a esta pandemia?»), informando que irão ser enviados a todos para que possa ser indicado, até sexta-feira, dia 15 de janeiro, o que vier a obter maior consenso. Informou ainda ter sido sugerido à CTSS um tema para o terceiro painel, que será da responsabilidade das duas comissões («Europa na pandemia: -Serviços de saúde e serviços sociais melhores e mais resilientes? - Lições aprendidas e conclusões para futuro, no âmbito da cooperação europeia»), aguardando-se as suas sugestões/propostas.

Alertou ainda para as alterações que estão a ser introduzidas na Aplicação Parlamentar (através da qual se consultam as iniciativas, se fazem as Ordens do Dia, convocam as reuniões, etc.), que entrarão em funcionamento na próxima semana e que poderão suscitar algumas dificuldades e constrangimentos, nomeadamente no que concerne às convocatórias e marcações de faltas/presenças.

2. Apreciação e votação da ata n.º 43, de 6 de janeiro de 2021

A ata n.º 43, relativa a 6 de janeiro de 2021, foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do PCP, PAN e CH.

3. Discussão e votação do requerimento do PSD, a solicitar a audição do Presidente da Associação de Apoio Domiciliário, de Lares e Casas de Repouso de Idosos, em conjunto com a Comissão de Trabalho e Segurança Social (CTSS) e Comissão Eventual para o acompanhamento da aplicação das medidas de resposta à pandemia da doença COVID-19 e do processo de recuperação económica e social (CEAMCOVID19), sobre a vacinação de idosos institucionalizados em lares ilegais

O Deputado António Maló de Abreu apresentou o requerimento do PSD, que solicita a audição conjunta na Comissão de Saúde, na CTSS e CEAMCOVID19, do Presidente da Associação de Apoio Domiciliário, de Lares e Casas de Repouso de Idosos, sobre a vacinação de idosos institucionalizados em lares ilegais. O PSD pretende obter informação sobre o número de idosos institucionalizados, mesmo em lares ilegais, porque a vacinação tem de avançar.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 44/XIV/ 2.ª SL

A Deputada Sónia Fertuzinhos frisou que o Plano de Vacinação não distingue os lares legais dos ilegais, pois as referências são feitas a lares e instituições similares, abrangendo todos, sendo que o Governo está a fazer um esforço para que todos os utentes destas estruturas sejam abrangidos. Não se opõe à audição proposta, mas entende que faz sentido ouvir igualmente o Instituto da Segurança Social, para obter explicações sobre o circuito e a estratégia da vacinação. Requer assim oralmente esta audição.

O Deputado Moisés Ferreira considera que sobre o Plano de Vacinação foi já aprovada a audição periódica do Coordenador da Task-force e que a temática dos lares ilegais diz mais respeito à CTSS, perguntando qual é a comissão piloto para este requerimento.

O Deputado António Maló de Abreu esclareceu que é pedida uma audição conjunta, mas que concorda que o assunto está mais no âmbito da CTSS, que deverá por isso ser a comissão piloto.

O requerimento do PSD foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PCP, PAN e CH. O requerimento oral do PS solicitando a audição do ISS foi aprovado com a mesma votação.

15:30 Audição, por videoconferência, da Direção Geral de Saúde (DGS), sobre os PJI n.ºs 512/XIV/2.ª, do BE - «Medidas para a recuperação da atividade das juntas médicas de avaliação de incapacidades»; 538/XIV/2.ª, do PAN - «Assegure a resposta eficaz da atividade das juntas médicas de avaliação de incapacidades e dos cuidados de saúde primários em situação epidemiológica provocada pela COVID-19» e 541/XIV/2.ª, do PCP - «Regime Transitório para a emissão de Atestados Médicos de Incapacidade Multiuso»

Estiveram presentes, por videoconferência, Graça Freitas, Diretora Geral de Saúde, e Elisabete Serrada. A Presidente saudou os presentes e deu a palavra aos Deputados para colocarem as suas questões.

Usaram da palavra os seguintes Deputados: Susana Amador, que disse que a pandemia adiou todos estes procedimentos, acrescentando que está em preparação um quadro normativo sobre a matéria das juntas médicas e atestados multiuso, perguntando quais foram os contributos da DGS e que opinião tem sobre as medidas propostas nas várias iniciativas; Pedro Alves, que referiu que estamos com um ano de



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 44/XIV/ 2.ª SL

atraso nestes atestados, situação que cada vez se agrava mais, questionando sobre qual o ponto de situação atual, os constrangimentos existentes antes da pandemia, o número de juntas que estão em funcionamento e a opinião sobre as medidas que são propostas nas iniciativas em análise; Moisés Ferreira, que recordou que os atrasos com atestados já vêm de antes da pandemia, mas que se têm vindo a agravar, perguntando se a DGS considera concretizável a elaboração da lista de patologias; Paula Santos, que enfatizou que não se pretende criar um novo direito, mas permitir acesso ao que já existe, pedindo uma opinião sobre as propostas das iniciativas e informação sobre quantas juntas médicas foram realizadas e atestados emitidos em 2019 e em 2020; Ana Rita Bessa, que entende que é preciso escolher o caminho a seguir, ou adotar medidas transitórias que permitam fazer fluir a emissão de atestados ou aguardar que seja terminado o trabalho do Governo, estando previsto um diploma enquadrador a aprovar em Conselho de Ministros, sendo que gostaria de saber se será este diploma está ainda demorado.

A Diretora Geral da Saúde respondeu às questões colocadas, dizendo que partilha as preocupações com os constrangimentos existentes nesta matéria para os utentes. Explicou quais os normativos existentes, como surgiu o atestado multiuso, considerando que é necessário simplificar as juntas médicas sem se perder rigor e qualidade. Facultou números sobre as juntas médicas pedidas e as realizadas e os atestados emitidos, relativamente a 2019 e 2020, sendo que em março de 2020 as juntas foram suspensas, tendo sido criada uma solução alternativa em julho, mas estando asseguradas as renovações. A alteração legislativa está prevista para um horizonte temporal não muito longo e, do ponto de vista prático, existirão vários níveis, sendo que em algumas situações poderá haver emissão automática de atestado, noutras não se requer a presença física na junta médica e outras carecem de documentação e consulta presencial do doente. Entretanto deverão ser tomadas medidas transitórias.

Na 2.ª ronda usaram da palavra, pedindo esclarecimentos adicionais, os Deputados Susana Amador, Pedro Alves, Moisés Ferreira e Paula Santos, esclarecimentos que a Dr.ª Graça Freitas prestou.

A Presidente agradeceu a disponibilidade e as informações, dizendo que a audição foi muito esclarecedora.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 44/XIV/ 2.ª SL

16:30 Audição, por videoconferência, da Administração Regional de Saúde do Norte, I.P. (ARS Norte), sobre o surto de legionella no distrito do Porto, a requerimento do PCP

O Presidente da ARS Norte, Carlos Nunes, fez-se acompanhar por Maria Neto e Rui Capucho, participando todos por videoconferência.

A Deputada Ana Mesquita apresentou o requerimento do PCP, colocando um conjunto de questões, designadamente sobre a atualização dos números relativos aos mortos e infetados com legionella e as diligências que foram feitas, sobre se houve falta de meios, sobre as medidas de acompanhamento, querendo saber se o surto está ainda ativo e se há explicações para a elevada taxa de mortalidade.

Carlos Nunes, Presidente da ARS Norte, informou sobre o histórico da situação, dando conta das dificuldades em saber que torres de refrigeração foram responsáveis, porque algumas efetuaram limpeza antes da análise das autoridades de saúde.

Seguiram-se as intervenções dos Deputados: Joana Lima, que disse não existirem, dois meses depois do início do surto, resultados certos, pedindo que aborde a relação com as alterações climáticas e que explique quais as medidas que foram tomadas e que entidades estiveram envolvidas; António Maló de Abreu, que formulou várias perguntas, nomeadamente sobre quando e a quem foi dado o primeiro alerta, o que foi feito então, que procedimentos de articulação foram estabelecidos com o Ministério do Ambiente e como se justifica o silêncio, até agora, da ARS Norte; Moisés Ferreira, que perguntou se está identificada a origem do surto, se a obrigação de inspeções periódicas foi cumprida e se os meios de prevenção de que dispõe, recursos humanos e outros, são suficientes; Ana Rita Bessa, que pediu que abordasse questões como a atualização dos planos de legionella no norte e a frequência das análises feitas às torres de refrigeração, perguntando se todas as pessoas foram infetadas com a mesma estirpe, se é possível identificar onde começou o surto e se este já está terminado; Bebiana Cunha, que colocou perguntas sobre a falta de técnicos de saúde ambiental e se a ARS prevê contratar mais, que aprendizagem decorre deste surto e se teme que possam ocorrer outros.

Rui Capucho deu informação sobre o número de casos/ano, explicando como surgem habitualmente os surtos, o sistema de vigilância e os indicadores que permitem identificar um surto, relatando o que aconteceu neste caso. A mortalidade alta decorre do facto do surto ter atingido um grupo etário elevado, com uma média de 74 anos.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 44/XIV/ 2.ª SL

Explicou como foi levada a cabo a investigação, não tendo ainda sido detetada a origem. Foi feita articulação com várias outras entidades, como sejam hospitais, unidades de saúde, o INSA e a empresa de águas.

Na 2.ª ronda usaram da palavra os Deputados António Maló de Abreu, Moisés Ferreira, Ana Mesquita e Bebiana Cunha, que solicitaram alguns esclarecimentos adicionais, que foram prestados por Carlos Nunes, Maria Neto e Rui Capucho.

A Presidente agradeceu a disponibilidade e as informações facultadas.

A reunião foi encerrada às 17:53 horas, dela se lavrando a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada e cuja gravação poderá ser acedida neste *link*.

Palácio de São Bento, 15 janeiro 2021.

A PRESIDENTE


(MARIA ANTÓNIA DE ALMEIDA SANTOS)